

SindCVM mobiliza servidores em torno do Projeto 192  
02/09/2010



Até o final de 2010 deve ser encaminhada, para apreciação do Congresso Nacional, uma proposta de Projeto de Lei Complementar (PLC) de regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal. O Projeto 192, como é conhecido, complementa o artigo que trata da regulação do Sistema Financeiro Nacional, envolvendo os atores do mercado financeiro de crédito, do mercado de valores mobiliários e do mercado segurador. Ciente da importância deste PLC, o SindCVM está mobilizando a categoria, conclamando a participação de todos os servidores.

“Entramos em contato com o SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, que já vem se mobilizando e trabalhando em torno de uma minuta de proposta de PLC para o Artigo 192, indo ao encontro dos interesses da sociedade e dos interesses da sua categoria. Além da participação dos servidores do BC, o SINAL contratou um gerente de projeto com certificação internacional para ajudar na elaboração do documento. Para que a proposta contemple também os anseios dos servidores da CVM, criamos um Grupo de Trabalho que terá como primeira tarefa fazer críticas e sugestões sobre a parte geral da minuta preparada pelo SINAL”, esclarece Léo Mello, presidente do SindCVM.

O coordenador do Grupo de Trabalho da CVM é Luiz Alberto Garcia, diretor de relações institucionais do sindicato. “Os interessados em conhecer a proposta e em colaborar podem procurar o Luiz Alberto (ramal 8451) ou a sede do sindicato. Prestaremos os devidos esclarecimentos e podemos mandar o documento por e-mail”, fala o presidente do SindCVM. Léo aproveita para alertar sobre os prazos: “Temos o mês de setembro para analisarmos essa parte geral da proposta preparada pelo SINAL. E temos até final de outubro para propormos a parte relativa aos capítulos da CVM”.

Vale acrescentar que a SUSEP também já iniciou os seus trabalhos no que diz respeito ao mercado segurador. “Portanto, é importante que os colegas de todas as áreas da CVM participem. Pensem não apenas no futuro da categoria, como no futuro da sociedade”, conclui Léo Mello.